
A GLOBALIZAÇÃO E A GEOECONOMIA DE MOÇAMBIQUE:
Notas acerca da chegada da VALE S.A e os impactos para a economia local

GLOBALIZATION AND GEOECONOMY IN MOZAMBIQUE:
Notes on the arrival of VALE S.A and the impacts on the local economy

GLOBALIZACIÓN Y GEOECONOMÍA EN MOZAMBIQUE:
Notas sobre la llegada de VALE S.A y los impactos en la economía local

Jairo da Costa Fontenelle Filho

Graduado em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (UFMA) -
jairo.juvenal@gmail.com

Resumo

O objetivo deste trabalho é apresentar reflexões acerca da inserção do continente africano no contexto da globalização, especialmente, buscando o caso da ceada da Vale em Moçambique. Também é desvendado os mecanismos de pilhagem e de submissão do continente no contexto do capitalismo a partir de um discurso desenvolvimentista. Tomando como exemplo Moçambique, a partir da criação do corredor de Nacala na província de Tete para exploração da mina carbonífera do distrito de Moatize. Para sustentar as análises e os embasamentos efetuados ao longo do texto, foi recorrido à pesquisa bibliográfica sobre o assunto, tanto de autores moçambicanos como de estrangeiros. Também buscamos dados em instituições governamentais moçambicanas, Organizações Não Governamentais, e supranacionais. Ao final, é traçado um perfil econômico, sociopolítico dessa região que ao longo de centenas de anos vem sendo corroída pelo imperialismo ocidental passando pelo colonialismo até aos dias atuais com auxílio da mais insidiosa arma do capitalismo contemporâneo: a globalização.

Palavra-chave: África. Globalização. Megaprojetos.

Abstract

The objective of this work is to present reflections on the insertion of the African continent in the context of globalization, especially, looking for the case of Vale's cela in Mozambique. The continent's plunder and submission mechanisms in the context of capitalism are also unveiled from a developmentalist discourse. Taking Mozambique as an example, from the creation of the Nacala corridor in the province of Tete to explore the coal mine in the district of Moatize. In order to support the analyzes and the bases made throughout the text, bibliographic research on the subject was used, both by Mozambican and foreign authors. We also seek data from Mozambican governmental institutions, Non-Governmental Organizations, and supranationals. In the end, an economic, socio-political profile of this region is outlined, which for hundreds of years has been corroded by Western imperialism through colonialism to the present day with the help of the most insidious weapon of contemporary capitalism: globalization.

Keyword: Africa. Globalization. Megaprojects.

Resumen

El objetivo de este trabajo es presentar reflexiones sobre la inserción del continente africano en el contexto de la globalización, especialmente, buscando el caso de la cela de Vale en Mozambique. Los mecanismos de saqueo y sumisión del continente en el contexto del capitalismo también se revelan a partir de un discurso desarrollista. Tomando a Mozambique como ejemplo, desde la creación del corredor de Nacala en la provincia de Tete para explorar la mina de carbón en el distrito de Moatize. Con el fin de respaldar los análisis y las bases realizadas a lo largo del texto, se utilizó la investigación bibliográfica sobre el tema, tanto por autores mozambiqueños como extranjeros. También buscamos datos de instituciones gubernamentales mozambiqueñas, organizaciones no gubernamentales y supranacionales. Al final, se describe un perfil económico y sociopolítico de esta región, que

durante cientos de años ha sido corroída por el imperialismo occidental a través del colonialismo hasta la actualidad con la ayuda del arma más insidiosa del capitalismo contemporáneo: la globalización.

Palabra clave: África. Globalización Megaproyectos

Introdução

A História do continente africano para os europeus começou a partir da dominação e da escravização do povo negro africano, marcado pela cor da pele e transformado em mercadoria destinada a diversas formas compulsórias de trabalho. Essa história amputa todas as relações dos povos nesse espaço que prevaleceram antes da colonização.

A África tem 30.258.752 km² é o terceiro maior continente em superfície, menor que a Ásia (43 milhões) e as Américas (42 milhões) porém três vezes maior que a Europa, com uma população aproximada de um bilhão de habitantes. Embora ocupando 22% das terras emergentes, o continente representa somente cerca de 13% da população mundial; a sua taxa de crescimento, no entanto, é a mais alta do planeta, com média de 2,9% ao ano.

A África é um continente gigantesco, entretanto não conta com grandes estruturas portuárias, predominam os planaltos e a altitude média do continente é de 675 metros, os rios são pouco navegáveis, causados principalmente pela grande incidência de cataratas e corredeiras que limitam bastante a navegação, dificultando a integração do interior com o resto do continente. Mas em contrapartida essas peculiaridades geográficas fazem com que o continente conte com o maior potencial hidrelétrico do planeta, com destaque para a República democrática do Congo. O continente também conta com grades rios como: o Nilo (15.670 km), Congo (4.600 km), Níger (4.160 km) e o Zambeze (2.650 km) e caudalosos lagos como: o Vitoria, o Tanganica e o Niassa. A África tem 75% de sua superfície entre os trópicos, isso faz com que seja o continente mais quente do globo, somente as extremidades do continente possui clima temperado (clima mediterrâneo). No que diz respeito as áreas de vegetação, pode-se dizer que a cobertura vegetal desempenhou um papel importante na história africana, com muita frequência dificultou o deslocamento e a subsistência das populações. A configuração da paisagem acompanha, em grande parte, as zonas climáticas. Estas se distribuem, grosso modo, de maneira simétrica, a partir da zona equatorial, para o norte e para o sul. Esta diversidade tão contrastante não foi favorável ao desenvolvimento do continente, criando dificuldade, séculos atrás, à expansão de plantas e animais domesticáveis de uma zona para a outra.

A África também é um continente de grandes adversidades, um exemplo dessa adversidade geográfica na história do desenvolvimento da África é o deserto do Saara. Há pouco mais de 2.500 anos, ele se constituía de uma imensa área verdejante. O seu ressecamento isolou a África Subsaariana da África do Norte e, em consequência, das civilizações do Mediterrâneo. Mais tarde com a introdução do camelo e a invasão árabe no século VII voltaram, de certa forma, a possibilitar a ligação entre essas duas partes do continente.

Quanto a diversidade humana, as populações que habitam o norte (Magreb) e o nordeste do continente (este designado também por Chifre da África) falam as línguas do grupo camito-semítico ou afroasiático. Predominam, atualmente, na região o árabe, o berbere e as línguas semíticas, também faladas no Chifre. Os berberes são o povo autóctone da região magrebina, onde ainda hoje constituem quase um quarto da população.

Apesar de ter uma importância para o restante do mundo que remonta a tempos anteriores da colonização europeia, a África Austral passa a ser visada pela “economia mundo” do mundo europeu a partir de 1652, com a implantação de um entreposto pela companhia holandesa das índias orientais, sendo o mais antigo processo de implantação de colonos europeus em África. Essa integração da África Austral teve como primeiro protagonista a Inglaterra, assim, a região tornou-se um subsistema do imperialismo Britânico na região. Após isso, a Inglaterra foi se apossando gradualmente da região: colônias Bôeres primeiro, depois toda a União sul africana, agregando à coroa britânica a Rodésia do sul (atual Zimbábue), a Rodésia do norte (hoje Zâmbia), a Niassalândia (atual Malavi) e várias outras regiões (BELLUCCI, 2003).

Os objetivos deste trabalho é analisar os mecanismos capitalistas de exploração e opressão dos povos africanos, expondo evidências ao sistema de exploração/opressão imposto pela nova globalização às periferias, em particular o Estado moçambicano e a instalação de grandes projetos de desenvolvimento no país. O caso em particular, a empresa Vale S.A a partir da criação do Corredor de Nacala na província de Tete para exploração da mina carbonífera do distrito de Moatize.

A Globalização e a inserção do continente africano

Uma parte cada vez maior do PIB mundial é gerada em atividades direta ou indiretamente ligadas ao comércio internacional. Também, a revolução nos meios de comunicação, a logística de transportes e a maior disponibilidade de informação permitem que indivíduos e firmas possam basear as suas escolhas econômicas, sobretudo na qualidade do ambiente econômico dos diferentes países. Deste modo o sucesso econômico hoje, segundo esses novos sujeitos, é menos uma questão de disponibilidade relativa de recursos e mais uma questão de percepção dos mercados em relação a consistência e previsibilidade das políticas econômicas. Para eles a evolução do pensamento econômico tem levado a uma cada vez maior aceitação do fato de que economias abertas têm sido mais bem sucedidas que economias fechadas. Por isso se assiste hoje, em diversos Países, a uma crescente liberalização dos regimes cambiais e comercial na convicção de que isto é de fato o melhor para o crescimento econômico, conforme podemos ver:

O ponto de partida para o processo de globalização tem sua origem nas condições favoráveis ao crescimento do comércio internacional o que ocorreu após a II guerra mundial, surgindo, pela primeira vez, a noção de uma economia mundial em sentido estrito. Intensificou-se na década de 70 com o aumento do consumo e conseqüente aumento da produção das empresas, culminando com o fim da guerra fria (no início da década de 90), quando houve a possibilidade real do surgimento de uma economia de proporções globais. É a globalização um processo por excelência especulativo, que acarreta perda constante dos empregos e uma recessão também globalizada (ARNOLDI, 2002, p. 244).

A partir desta análise vai-se contextualizado o processo histórico da globalização destacando a dinâmica da atualidade.

A globalização em David Harvey e Milton Santos

Para David Harvey a globalização pode ser entendido a partir da compreensão do “desenvolvimento desigual e combinado”, sendo que o seu pensamento não se confunde com de alguns autores que teorizam sobre o tema, identificando o momento atual como mera continuidade do passado, ele até concorda que ao longo do século XX seguidas mudanças quantitativas vividas pelo capitalismo forjaram uma mudança qualitativa, mas, que não se verificou de fato nenhuma revolução fundamental nos modos de produção e nas relações sociais que dela derivam (HARVEY, 2015, p. 14). Deste modo, Harvey (2015, p. 8) diz que a discursão sobre o termo globalização “parece ser uma importante mudança política nos

discursos ocidentais (mesmo se não necessariamente na realidade) [...] [contudo] o termo globalização parece exigir um preço político muito caro”.

O autor cita a descrição contida no Manifesto Comunista de 1848 (MARX; ENGELS, 2005, p. 43) na qual a tendência à internacionalização do modo de produção capitalista já era a própria descrição do processo de globalização do capital. Deste modo:

Sem dúvida, desde 1492 até aqui, o processo de globalização do capitalismo tem avançado e sempre se revestiu da máxima importância na sua dinâmica. De fato, a globalização sempre fez parte do desenvolvimento capitalista desde o início (HARVEY, 2015, p. 8).

Assim, para Harvey, o que difere de fato o atual momento da globalização capitalista das “outras” globalizações, é a “profunda reorganização geográfica do capitalismo”, como: as implementações logísticas de transportes e deslocamentos que reduziu de forma drástica, custos e tempo de deslocamento; as gigantescas infraestruturas físicas destinadas a facilitar a movimentação de pessoas e mercadorias e que redefiniu a construção da organização territorial, bem como a rede mundial de computadores que viabilizou e facilitou tudo isso.

Toda essa reorganização geográfica profunda foi motivada não apenas por esses fatores mencionados acima, mas, segundo Harvey, também pelas necessidades do capitalismo de promover ajustes espaço-temporais para gerir sobre a acumulação do capital e trabalho existentes no centro do sistema. Para o autor a sobreacumulação pode entendida por:

(a) O deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou custos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados, e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares; (c) alguma combinação de (a) e (b) (HARVEY, 2015, p. 13).

Para Harvey, todo esse discurso da globalização gira em torno da desregulamentação financeira, que foi parte do planejamento dos Estados Unidos no início da década de 1970, que para o autor não foi necessariamente planejada, mas de certo modo forçada pela estagnação interna e a queda do sistema Bretton Woods, causando assim:

A passagem de um sistema global largamente controlado pelos Estados Unidos para um outro sistema global mais descentralizado e coordenado por meio do mercado, com efeito de tornar as condições financeiras do capitalismo muito mais instáveis e volúveis (HARVEY, 2015, p. 12)

Todo esse arcabouço de alterações nas finanças do capitalismo global, junto as mudanças no sistema de comunicação de massa e nos custos de transportes de mercadorias e pessoas propiciou:

- (a) A dispersão geográfica e a pulverização dos sistemas produtivos, simultaneamente ao aumento da centralização do poder dentro das grandes corporações;
- (b) Um grande salto no crescimento no número de trabalhadores assalariado em todo o planeta, mesmo que de forma dispersa.
- (c) Um grande deslocamento (mobilidade) da população do globo, mesmo levando em conta a preferência pelo capital em detrimento das pessoas pelos Estados Nacionais.
- (d) A hiperurbanização global, com grandes conurbações de mais de 20 milhões de pessoas
- (e) A limitação da soberania, especialmente no que se refere ao fluxo de capitais financeiros e a política fiscal
- (f) Um maior risco na possibilidade dos Estados Nacionais obterem bons resultados na competição intercapitalista global, entendida competição como baixos salários e forte disciplina de trabalho (HARVEY, 2015, p. 13,14).

Vimos assim, que para o autor, as necessidades de espaço-temporais, juntamente com as mudanças tecnológicas nos transportes, nas comunicações e uma forçada desregulamentação financeira, foram as responsáveis pelo atual momento da nova globalização. Portanto para Harvey, não houve qualquer mudança histórica que demande uma nova interpretação sobre o papel das classes sociais ou luta de classes, conseqüentemente não houve nenhuma revolução. Assim Harvey conclui:

Os novos espaços dinâmicos da acumulação de capital terminam por gerar excedentes que devem ser absolvidos através da expansão geográfica (...) [ou seja] o desenvolvimento interno forte transborda na busca de ajuste espaço temporal (HARVEY, 2006, p. 100).

De fato, com a velocidade de circulação de mercadorias e capitais que acontecem na atualidade é de se esperar que esses ajustes espaço-temporais percam força e sejam mais recorrentes nesta etapa da globalização e ocorram com mais frequência, levando a crises mais intermitentes do modo de produção capitalista e a maiores possibilidades de ação da classe assalariada e dos oprimidos em geral contra esse modo de produção e exploração.

Outro elemento importante, e que tem que ser levado em conta é a questão da escala, que é de fundamental relevância para compreensão da globalização vivida pelo capitalismo neoliberal na atualidade. Para isso, tomaremos como bojo a análise de David Harvey, e de Neil Smith que batem de frente com outros autores clássicos da geografia, no que diz respeito

ao assunto. Assim propõem em suas pesquisas, a desmistificação, ou até mesmo a “desnaturalização” da geografia histórica do capitalismo, ou da desigualdade de acesso a etapas posteriores do chamado “desenvolvimento”.

Para eles a desigualdade na produção do espaço esta intrinsecamente ligada as relações consentidas ente o capital e o capital, na produção do espaço, e o capital e o trabalho, no território. Considerando que é a partir daí que surge a desigualdade. Segundo Harvey (2004), a produção das escalas espaciais está para além das influencias “naturais”, mas isso não quer dizer que a natureza ou os processos biofísicos não sejam levados em conta, a ideia é que todos os processos, tanto ecológicos como físicos regem as condições do planeta e atuam em várias escalas. Deste modo podemos intuir que na interação dinâmica com esses vários planos escalares é que os indivíduos produzem suas próprias escalas, desta forma Harvey confirma:

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais com que organizar[sic] suas atividades e compreender [sic] seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de forma organizacionais contemporâneas existentes em diferentes escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distintos quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal. O que parece relevante ou faz sentido numa dessas escalas não se manifesta automaticamente em outra (HARVEY, 2004, p. 107).

Nesta conjuntura, podemos fazer uma análise dos processos que acontecem com as multinacionais quando se apropriam dos recursos biofísicos de uma determinada área de atuação numa região (terras, rios, recursos minerais, etc.). Nesta oportunidade, podemos usar como exemplo, o caso da transnacional Vale, com atuação na extração de carvão mineral em Moçambique, onde na busca desenfreada pela mais valia, interfere no bojo social, econômico e político de várias comunidades, com espoliações, proletarização, reassentamentos, e principalmente a luta de classes. Tudo isso acaba causando desequilíbrios ecológicos, decorrentes do desmatamento, de reassentamentos, da exaustão dos recursos naturais e hídricos, provocando uma cadeia de acontecimentos relacionados entre esses atores, que vai interferir nas escalas de atuação como postula Harvey:

As escalas em que a atividade humana pode ser orquestrada é algo que depende pesadamente, é claro, das inovações tecnológicas (sendo vital o sistema de transporte comunicações) bem como de várias condições político econômicas mutáveis (o comércio, as rivalidades e alianças geopolíticas etc.). Elas resultam igualmente de lutas de classes e de outras formas de luta política/social, ao mesmo tempo que definem as escalas em que se tem de travar a luta de classes (HARVEY, 2004, P.109)

Acompanhando o argumento de Milton Santos para melhor compreensão da globalização é necessário saber como se formou esse processo. Segundo ele a globalização pode ser percebida sob três prismas de forma bem clara e diferenciada.

A primeira delas é a perspectiva da globalização como fábula, ou a forma como nos fazem tentar entendê-la, sendo este, o enunciado da visão hegemônico de mundo, assim marcada por discursos de tendências hipócritas, e de enganadoras ações humanitárias, é o chamado conto de fadas no qual as nações se induzem a uma união por intermédio dos avanços tecnológicos que não se adequa a sua realidade. Essa globalização como fábula é imposta principalmente pelos meios de comunicação, a todos, procura enfatizar o planeta em que vivemos como um amplo espaço e que podemos sim explorá-lo com o consumo. Assim como a padronização cultural, onde as pessoas são atraídas pelas mesmas coisas, mesmos hábitos, mesmos costumes e que ainda disfrutam de uma mesma rede que nós conhecemos como internet que fez com que nós ficamos presos numa gigante aldeia global, sem ter pra onde ir. Mas ao mesmo tempo nos dá uma importante e perigosa noção de que o mundo está dentro da nossa própria casa. São os indivíduos sendo manipulados pelo capitalismo e nem percebem, tudo isso graças à globalização como fábula. E isso acontece com a conivência de um Estado que aparentemente ficou distanciado das demandas sociais, pois ele, o Estado precisa se apequenar as grandes corporações que hoje detém o poder sobre o próprio Estado. Deste modo, temos a impressão que vivemos em um único mundo, um mundo voltado a atender as necessidades das grandes empresas, vivenciamos assim uma nova tendência mundial de mercado. Conforme constata o autor:

Sem as fabulas, este período não existiria como é. Uma dessas fabulas é a tão repetida ideia de aldeia global. O fato de que a comunicação se tornou possível à escala do planeta, deixando saber instantaneamente o que se passa em qualquer lugar [...] fala-se também de uma humanidade desterritorializada, e essa ideia dever-se-ia outra, de uma cidadania universal. (SANTOS,2003, p.41-42).

Nesta fase há visivelmente uma influência maciça da mídia para a disseminação e manipulação das massas através de fábulas e ideologias, usando de todas as formas os meios característicos da globalização, assim podemos comprovar:

Há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades, como na profissão médica, ou na educação. [...] hoje, propaga-se tudo, e a política é, em grande parte, subordinada às suas regras. (SANTOS,2003, p.40).

A segunda delas refere-se a globalização como perversidade, o chamado “mundo como ele é”. Aqui, são desfeitos os retoques e romantizações de visões confusas da realidade, assim podemos nos chocar com a verdade sobre a real consequência da globalização como meio para perpetuar e agravar a concentração cada vez maior de recursos, capital e informações de forma desigual entre a maioria e um grupo minúsculo de atores hegemônicos globais.

É a globalização como uma fábrica de perversidades tais como: fome, falta de moradia, AIDS, mortalidade infantil, analfabetismo, enfim gravíssimos problemas sociais, quase sem solução na globalização em que vivemos, infelizmente para a maior parte da humanidade, o desemprego crescente consequentemente a pobreza aumenta e a classe média perde cada vez mais em qualidade de vida, novas enfermidades se instalam e as velhas doenças retornam com força total. A perversidade está na raiz desta evolução negativa da humanidade e estes processos estão diretamente ligados com a globalização. Assim para o autor “A competitividade, sugerida pela produção e pelo consumo, é a fonte de novos totalitarismos, mais facilmente aceitos graças à confusão dos espíritos que se instala” (SANTOS, 2003, p. 37). E segue em seu raciocínio:

Essas técnicas da informação são apropriadas por alguns estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios de produção, seja porque escapa a possibilidade de controle. (SANTOS, 2003, P.39)

Já a terceira, é a globalização como possibilidade, ou “o mundo como pode ser”. Aqui Milton Santos nos traz uma visão otimista e positiva dos fenômenos como frutos de prováveis esperanças, já que nunca tivemos tantas ferramentas e possibilidades de transformação da realidade como hoje. É onde o autor nos propõe “uma outra globalização”. Podemos pensar assim, na construção de um outro mundo, uma globalização que volte seus olhares a essas mazelas citadas, uma globalização que se solidarize sistematicamente a todas as pessoas, ou seja, um processo globalizado mais humano. Que em vez de apoiar sempre o grande capital internacional que possam servir a outros interesses sociais e políticos e não apenas econômicos.

Essa alteração em curso seria possível, através da valorização do homem com: respeito a cidadania, reforço do Estado com criação e inserção de mudanças em políticas públicas e nas lutas revolucionárias dos excluídos (pobres). Esta tenderia a perder o seu caráter violento e sagaz, e todas as técnicas, ciência e informação, evoluídas ao seu dispor, unir-se-iam para a minimização das desigualdades econômicas e sociais, entre os homens e nações, e para a paz mundial. “É desse modo que, até mesmo a partir da noção do que é ser consumidor, podemos alcançar a ideia de homem integral e cidadão. Essa valorização radical do indivíduo contribuirá para a renovação quantitativa da espécie humana, servindo de alicerce a uma nova civilização” (SANTOS, 2003, p.169).

Para Santos, construir relações humanizadas a partir da solidariedade, é o que poderia ser o alicerce de uma nova globalização, mais humana, porém baseada nas técnicas que sustentam a globalização econômica e financeira. Sua proposta era alterar a forma como se usa essas técnicas no processo de circulação do capital, inserindo a elas valores humanistas, aproveitando-se do estreitamento dos laços culturais adquiridos na própria globalização. Para Santos o futuro se expressaria da seguinte forma:

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos (...) bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização (SANTOS, 2002, p. 80).

De acordo com Santos, somente com a atuação do Estado, através da política, essas mudanças poderão acontecer, muito embora ele perceba com seu pensamento crítico enquanto geógrafo e estudioso do tema, que tais mudanças provavelmente nunca aconteceram de fato.

A África no contexto da globalização

No senso comum, a globalização tem sido definida a partir do viés econômico, como a integração das economias no Mundo, através do comércio, dos fluxos financeiros, do intercâmbio de tecnologia e informação e até mesmo no movimento de pessoas. Essa tendência para a integração está claramente refletida na importância crescente do comércio internacional e dos fluxos de capital na economia mundial, ao mesmo tempo que assistimos a um engajamento dos Países Africanos em implementar políticas macroeconômicas sólidas e

em criar um ambiente estável para o investimento e a expansão da atividade econômica. Contudo há também os riscos da globalização. A aptidão do capital em procurar os mercados mais eficientes e a necessidade de produtores e consumidores acederem às fontes mais concorrenciais, expõe e intensifica as fraquezas estruturais existentes nas economias menos adaptadas à exploração do capital.

De igual modo, com a velocidade do fluxo de informação, a margem de manobra para a política doméstica é mais reduzida e os erros de política são mais rapidamente sancionáveis. Na verdade a grande mobilidade do capital traz consigo o risco de fluxos desestabilizantes e aumenta a volatilidade das taxas de câmbio, nas situações onde as políticas macroeconômicas não são adequadas. O certo é que experiências já mostraram que irrestritos fluxos financeiros provenientes dos países industrializados para os países em desenvolvimento podem criar profunda desestabilização. O problema parece ser que as falhas de mercado a que estão sujeitados os mercados financeiros são potencializadas pela globalização. Mas é preciso não cometer o erro de que as respostas as crises financeiras residem na inversão do processo de globalização pela via da restituição dos controles cambiais e da diminuição do grau de abertura dos mercados.

Dessa maneira, esse capítulo pretende debater o que é o continente africano no contexto de internacionalização das economias e de como isso tem servido como base de um discurso de desenvolvimento. Segundo Fernandes (2010), em nenhum outro lugar a necessidade de passar a uma integração regional e global é mais urgente do que no continente africano, região que apesar do vigoroso crescimento dos últimos anos, continua em grande parte marginalizada, numa perspectiva mundial. Embora abrigue quase 15% da população mundial, a África subsaariana aporta cerca de apenas 1,5% do rendimento global e 2% do comércio mundial, tendo caído de cerca de 4% em 1970. Sua parcela de exportação de produtos agrícolas está em constante declínio e a de exportação de manufaturas praticamente não se alterou desde 1970.

A atual globalização em África em vez de representar um processo de homogeneização, na verdade apresenta um processo de consolidação das grandes empresas transnacionais que aprofundam mais e mais as desigualdades entre um punhado de superpotências tecnologicamente mais desenvolvida e o resto do mundo em desenvolvimento. De fato, trata-se de um mundo de parceiros desiguais, onde os mais poderosos fixam as regras

do jogo e possuem meios para fazê-lo cumprir, ao tempo que os mais fracos devem se submeter a estas regras (NAYYAR, 2000). Isso tudo é o resultado da concentração da produção mundial e do conhecimento científico e tecnológico num reduzido número de países, que detém todo o controle sobre essas técnicas, e as mantem fora do alcance da periferia. Isso tem sido alguns dos fatores para o aumento da desigualdade e pobreza não só em África, mas também no resto das outras regiões em desenvolvimento.

De acordo com o Banco Mundial, a extração dos recursos naturais é uma possibilidade única de financiamento rápido do desenvolvimento econômico e da redução de pobreza, principalmente no que tange aos países do Sul Global, como podemos constatar:

O desenvolvimento dos setores de gás e carvão em Moçambique representa uma oportunidade ímpar para acelerar o crescimento inclusivo e reduzir a pobreza. [...] O enorme crescimento que se espera da indústria extrativa Moçambicana pode reduzir drasticamente a pobreza a médio prazo e ajudar a criar as bases para um crescimento sustentável e uma prosperidade partilhada (BANCO MUNDIAL, 2014, p. 3).

Conforme Lamas (2018), os recursos naturais se bem administrados, são associados à possibilidade de geração de crescimento econômico, garantia de interesses de segurança nacional e até contribuições para a paz positiva entendida enquanto justiça social. Nessa linha, as instituições financeiras internacionais, com destaque para o FMI e o Banco Mundial, discutem frequentemente a importância central de uma boa governança da extração de recursos para o desenvolvimento dos países africanos no período pós-colonial.

A globalização da indústria petrolífera e suas estratégias de abastecimento energético promovidas pelas grandes potências internacionais catapultou a África ao status de região petrolífera de interesse internacional. Depois de duas décadas da crise do petróleo de 1970, que abalou a segurança energética no planeta, fez surgir no mercado da globalização do chamado ouro negro, um novo jogo petrolífero que foi desenhado por uma gama de fatores que contribuíram conjuntamente para a eclosão de uma nova estrutura, que segundo a percepção de Frédéric Monié, foi favorecido principalmente pela:

Reestruturação do universo dos operadores, pelo protagonismo crescentes das corporações e os governos dos Países emergentes e pela abertura de novas fronteiras de acumulação. A nova conjuntura alimenta uma corrida –scramble - ao petróleo da África subsaariana que reposiciona gradualmente a região ao cenário energético global. (MONIÉ, 2012, P. 01)

Desde a década de 1950, com o golfo da Guiné, que o continente começou a consolidar-se no mercado internacional do petróleo, mas foi somente na virada do século XXI

que a região realmente teve sua posição estratégica reconhecida, onde seu produto foi valorizado pela diversidade de suas fontes e por uma excelente qualidade. A robustez do atual “boom petrolífero” muito contribuiu, de acordo com Monié (2012, p. 01), para a aceleração do crescimento econômico, para a inserção das economias nacionais nos fluxos da globalização e para um forte aumento das receitas fiscais e de divisas. Todavia, junto a todas as benesses auferidas a expansão da produção e das exportações, veio também a conta dos impactos da atividade sobre os espaços e a sociedade. Assim, de maneira contraditória, o aumento das receitas geradas pela exploração dos recursos naturais é associado às trajetórias de crescimento sem desenvolvimento, ao agravamento das desigualdades sociais, às rivalidades para o acesso às redes de redistribuição da renda e à consolidação de regimes políticos autoritários.

A transnacional Vale, o contexto da inserção em Moçambique. Um breve histórico.

A multinacional Vale S.A entra no cenário moçambicano como uma das principais representantes da inserção brasileira no continente africano. A companhia é a segunda maior mineradora do planeta. A empresa opera em mais de 30 países, e tem uma força motriz que conta com mais de 200 mil trabalhadores em suas subsidiárias mundo a fora.

O começo da história que deu origem à mineradora pode ser datado de 1909, quando os ingleses compram as reservas de minério de ferro de Minas Gerais, formando uma empresa de capital inglês, que, em 1942, durante o Governo Getúlio Vargas, é absorvida pelo governo brasileiro, dando origem à então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na região da cidade de Itabira, voltada para a exploração das minas de ferro ali situadas.

Após a Segunda Guerra Mundial, a empresa forneceu minério de ferro para a reconstrução do Japão e durante a década de 1970 a empresa se consolidou como a maior exportadora de minério de ferro do mundo, posição que ocupa até os dias atuais. Em 1997, durante o Governo FHC, a CVRD foi privatizada e adquirida por um consórcio liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em um processo controverso e contestado até hoje por movimentos de esquerda contrários à privatização, em função, entre outros fatores, da participação do Bradesco no consórcio de avaliação da venda da Vale, sendo que posteriormente um grupo diretamente ligado ao banco passou a ser um dos principais

acionistas da empresa privatizada, o que é apontado por muitos como uma irregularidade no processo.

Em 2007 a CVRD passa por uma reformulação de sua imagem e de sua marca, passando a ser identificada apenas pelo nome Vale. Atualmente, a Vale é uma empresa privada, de capital aberto, e seu Conselho de Administração é controlado pela Valespar S.A, cuja constituição acionária é composta pela Litel/Litela, que consiste em um fundo de investimentos controlado pela PREVI (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), fundo de pensão que gerencia a previdência complementar dos funcionários do Banco do Brasil, detentora de 49% das ações pela Bradespar, empresa criada a partir de um desdobramento do Bradesco, com 17,4%; pela Mitsui, um dos maiores conglomerados japoneses, detentor de 15% das ações; pela BNDESPar, holding do BNDES e que detém 9,5% das ações; e finalmente pelo grupo ligado ao Banco Opportunity, detentor de 0,03% das ações.

O megaprojeto de Moatize, financiamentos e estruturas.

Segundo Vasconcelos; Muchangos; Siquela (2009) Moçambique possui extensas reservas de carvão, sendo a de maior importância, a Bacia Carbonífera de Moatize, localizada na província de Tete, região central do país. Após ganhar, em 2004, uma licitação internacional, na qual o governo moçambicano foi assessorado pela Corporação Financeira Internacional (IFC) braço do Banco Mundial. A Vale obteve em 2007 a maior concessão para exploração de carvão de Tete, uma das maiores reservas não exploradas de carvão do mundo. O contrato conseguido pela Vale S.A lhe atribui o Direito e Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) por 35 anos e a exploração de uma área de 23.780 hectares no distrito de Moatize para mineração de carvão.

O projeto da Vale teve financiamento do próprio banco mundial, através da Corporação Financeira Internacional (IFC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (banco público brasileiro para o financiamento de investimentos) e foi o primeiro projeto inicial e 100% desenvolvido pela Vale. Em Tete, a Vale explora carvão metalúrgico (coque) matéria prima para a produção de ferro e aço e térmico (de queima) usado em usinas termoelétricas em minas a céu aberto.

De acordo com Lamas (LAMAS, 2018, P.400) Além de operar as minas em Moatize (através do Projetos Carvão Moatize e Moatize II), a Vale também tem participações no Corredor Logístico de Nacala através da aquisição do controle da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor do Norte (SDCN).

O megaprojeto da Vale em Moatize, chamado também “projeto Moatize”, tem uma estrutura acionária composta por: 85% pertencente a própria Vale, 5% ao estado Moçambicano e 10% pertencentes a investidores nacionais moçambicanos. Segundo Castel-Branco e Covadias (2009) o valor do empreendimento em Moatize alcança a cifra de 1,535 bilhões de dólares.

O projeto do corredor consistiu na reabilitação e construção de novos trechos dos 912 km de ferrovia entre Moatize e Nacala (passando pelo Malauí) e na construção de um novo terminal portuário de carvão no Porto de Nacala. Esse controle dos empreendimentos de infraestrutura do complexo mina-ferrovia-porto é característico da forma de atuação da Vale no Brasil e no mundo. Moçambique foi, também, o primeiro local fora do Brasil no qual a transnacional conseguiu operacionalizar este modelo, o que ampliou significativamente o seu espaço de atuação no país, inclusive nos arranjos de governança da mineração.

A atuação da empresa tem ocasionado transformações na geoeconomia da região da África Austral, sobremaneira em Moçambique. Moçambique se destaca também como um país com baixos indicadores sociais. De acordo com fontes do Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/15 a situação econômica e social em Moçambique continua a ser crítica, levando em conta que grande parte dos moçambicanos ainda vive com menos de um dólar por dia, e ainda com um deficiente acesso à água potável, ao saneamento, à energia elétrica, à saúde e à educação.

De acordo com os dados do próprio Instituto Nacional de Estatísticas (INE) de Moçambique, apesar da redução do analfabetismo no país, ainda existe mais de 40% da população que não sabe ler nem escrever. Estes dados confirmam a indicação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de que Moçambique é o 9.º pior país do mundo para se viver.

A instalação de grandes empresas, inclusive com alto potencial poluidor, são acompanhadas em países periféricos com um discurso de resolução da pobreza a partir de sua dinâmica econômica, sem levar em conta as economias locais.

É neste contexto que a companhia Vale S.A chega a Moçambique, com o discurso de reduzir a pobreza e aumentar a esperança de vida do povo da região, destacando exploração dos recursos minerais como única oportunidade para consolidar estes ganhos e tornar o crescimento mais inclusivo. Fazendo crê, desta maneira, que só com a integração ao sistema capitalista e a internacionalização da economia, que seria possível alcançar essas metas de desenvolvimento.

Deste modo, a multinacional Vale, chega alavancada pelo próprio braço do Estado e com um aparato de propagandas institucionais e midiáticas destacando a sua” benevolência” no papel de promotora desde salto de crescimento e a única capaz de fazer a região vencer a crise que se prolonga e que assola o país.

Segundo Milton Santos, que faz uma reflexão com a questão da fabulação (fábulas, ideologias) imposta pelos atores hegemônicos, aproveitando-se da desregulamentação de todos os contextos, pelas empresas e Estados, que permitem a instalação da globalização como algo inevitável, consagrando um único discurso, nos dizeres de Santos (2003): “É a partir da unicidade das técnicas, da qual o computador é uma peça central, que surge a possibilidade de existir uma finança universal, principal responsável pela imposição a todo o globo de uma mais valia” (SANTOS, 2003, p.27). E diz mais:

O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considera-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e aceitação de remédios sugeridos. Em virtude disso todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal “crise” fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma (SANTOS, 2001, p. 17).

De acordo com Mosca e Selemene (2011), do mesmo modo como em outros megaprojetos que operam em Moçambique, a Vale goza de imensos incentivos fiscais no seu regime. Beneficia-se de uma redução de 15% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) que recai sobre a mina durante os primeiros 10 anos (quer dizer entre 2011 a 2021), redução para 5% para a central de energia térmica, que também faz parte do projeto, e redução da SISA em 50% na aquisição de imóveis. Está isenta de SISA na transmissão de propriedades do Estado, Taxa Liberatória, Imposições Aduaneiras, Imposto de Selo, Imposto de Consumo Específico (ICE), Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), isenção do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) aos expatriados, na fase de construção, e redução em 40% ou isenção nos primeiros 5 anos de operação. Fazem ainda

parte dos benefícios concedidos à Vale o livre repatriamento de lucros e dividendos, até 100% (CASTEL-BRANCO E CAVADIAS, 2009) e sujeita-se a pagar a parca quantia de 3% sobre o rendimento líquido trimestral da mina.

Como vemos, a Vale tem ao seu lado todas as facilidades e regalias, gozando de isenções aduaneiras e fiscais não encontradas em nenhum outro setor da economia moçambicana. E trabalha a todo o vapor para extrair o máximo de recursos em um mínimo de tempo, maximizando assim seus lucros.

Impactos e contradições para economia moçambicana

As contribuições dos megaprojetos para a economia de Moçambique estão claramente ligadas ao seu peso na criação de riquezas, de empregos e no incremento do comércio na região. Todavia esses megaprojetos pertencem a corporações, que os detém e os controlam, e não fazem parte da economia como um todo. Desta forma, o impacto das riquezas produzidas por esses megaprojetos na economia nacional é relacionado com o grau de retenção e absorção dessa riqueza pela economia e não apenas pela quantidade de riqueza produzida. Ou melhor, o impacto da fundição de alumínio ou da exploração do gás e das áreas minerais depende de como é, que a economia retém e absorve parte do valor de produção e das vendas dessas empresas. (CASTEL- BRANCO, 2008).

Para Castel-Branco (2002), cinco argumentos desqualificam o investimento direto externo como fator preponderante para estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza. O primeiro argumento é que o investimento direto externo em Moçambique, especialmente os megaprojetos, é demasiadamente concentrado do ponto de vista setorial e regional, dos interesses que representa, e das pressões e oportunidades econômicas e sociais que abre. E esses fluxos de investimentos não são sustentáveis a médio e longo prazo. Deste modo, os investimentos diretos em si só, não são suficientes para promover o desenvolvimento e nem de reduzir a pobreza em Moçambique.

O segundo argumento é que o investimento direto externo gera importantes dinâmicas na economia. Ela atrai recursos externos (outras fontes) e tem o potencial de gerar oportunidades, que sendo exploradas e utilizadas, podem potencializar a base do desenvolvimento. A questão central não reside nos fluxos de investimentos ou na escala em

que acontecem os projetos, más nas articulações que fazem as ligações entre essas oportunidades. Esta articulação requer não só coordenação estática entre investimento complementar e competitivo, mas sobretudo ações que permitam desenvolver as capacidades e competências produtivas nacionais.

O terceiro argumento, é que a economia moçambicana não pode depender unicamente das dinâmicas geradas a partir dos investimentos externos. É preciso criar outras fontes que possibilitem diversificar as oportunidades e capacidades, e as influencias sobre os processos e estratégias de desenvolvimento.

Quarto, a sustentabilidade do crescimento e desenvolvimento económico em Moçambique requer a redução da atual dependência extrema da produção em relação a importações, bem como a promoção e diversificação das exportações. Estes dois objetivos só podem ser atingidos com a diversificação e desenvolvimento da base produtiva da economia, e com o estreitamento das ligações infra e Inter setoriais dentro da economia.

Para o autor, o quinto argumento é o denominador comum a todos os outros discutidos, é a necessidade de articulação entre diferentes capacidades, oportunidades, pressões, ações e interesses. A solução não reside em substituir uma escala de projeto por outra, uma nacionalidade de investidor por outra, uma tecnologia por outra. A questão central reside na capacidade e vontade de articular as diferentes dinâmicas da economia para gerar as necessárias ligações e alianças essenciais para o desenvolvimento.

No ano de 2006, Moçambique teve um PIB nominal na ordem de US\$ 7,3 bilhões e exportações no valor de US\$ 2,4 bilhões. Deste valor US\$ 1,4 foram resultantes da exportação de produtos da Mozal (empresa de fundição de alumínio). Excluindo a Mozal, a presente exportação de produtos de Moçambique é de cerca de US\$ 1 bilhão por ano. Calcula-se, presentemente, que a contribuição dos recursos minerais para o PIB seja de cerca de 5%. A contribuição deste setor para as exportações começa a ter significado devido ao gás natural e condensado (num valor estimado de US\$ 240 milhões em 2007). Como foi referido, existem já programas concretos a serem implementados nos próximos anos, os quais assegurarão um desenvolvimento da indústria extrativa no país (SELEMANE, 2009).

Assim podemos ver que o setor de mineração contribui com apenas 5% para a integralização do PIB moçambicano, não influenciado de modo significativo para o aumento das riquezas dessa região.

Comparando o gráfico acima podemos perceber que o PIB da África subsaariana e de Moçambique, apresentaram o maior valor da série em 2015 (1.610 e 14,8 bilhões de USD, respectivamente) e, no ano seguinte, decresceram (em, aproximadamente, 6,1% e 25,6%, respectivamente). O PIB da África subsaariana cresceu em mais de 25 vezes e o PIB moçambicano aumentou apenas em 3,1 vezes, comparando o primeiro e último ano analisados. Notamos aí, que a África subsaariana cresceu muito mais que Moçambique.

Fazendo o acompanhamento, notamos que ao longo da série analisada, a taxa de crescimento do PIB mundial esteve abaixo de 5%, tendo tido maiores taxas de crescimento em 1970 e 2010. Em 1975, apresentou a menor taxa de crescimento (0,8%). Verifica-se que, no início da série, o PIB da África subsaariana cresceu em quase 10%. Nos anos subsequentes, cresceu a taxas abaixo de 6%. Em 1975, teve um crescimento negativo de 0,03% que, de acordo com Estevão (2005), dentre outros fatores, a possível redução dos preços das matérias-primas nos mercados internacionais. O PIB moçambicano, nos primeiros 15 anos em análise, cresceu a taxas abaixo de 3%. De 2000 a 2005, verificou-se um incremento de 7 pontos percentuais, apresentando a maior taxa de crescimento em 2005 (8,7%). De 2005 a 2015, a taxa média de crescimento do PIB de Moçambique foi de 6,6%. De notar que, nas três séries, a taxa de crescimento do PIB, a partir de 2015, apresentou uma tendência decrescente (AYUBA E NOVA, 2018).

Partindo da análise da figura XX acima, é possível verificar que o IDH está mais próximo de 1 nos países da Europa Ocidental, do Leste, do Norte da América e Oceânia. Na maioria dos países nas regiões da África Subsaariana e da Ásia Meridional o IDH é relativamente baixo, encontrando-se mais próximo de 0.

Moçambique está entre os países com menor IDH do mundo. O IDH do país foi crescente em todos os anos analisados. Em 1990 o valor do índice foi de 0,209 e em 2015, 0,418. De 2000 a 2010, o índice cresceu em mais de 33%.

Deste modo podemos notar que a inserção dos grandes projetos em Moçambique principalmente a partir dos anos 2000, possibilitou a alavancada em alguns indicadores da economia moçambicana, principalmente em áreas de abrangência dos megaprojetos, sem no entanto refletir na promoção da qualidade de vida, e nem na distribuição de renda para a população mais pobre do país. Segundo dados de Ayuba e Nova (2018), Existe um aprofundamento do carácter primário das exportações, tanto da África subsaariana, quanto de

Moçambique, uma vez que o investimento em terra tem como objetivo principal a agricultura e a extração de recursos naturais, assentando as economias, cada vez mais, numa base extrativista (recursos naturais e commodities) para exportação, e importadora de produtos primários e manufaturados, afetando negativamente a balança comercial e comprometendo os termos de troca. Portanto, existe um aprofundamento da natureza subdesenvolvida das economias da África subsaariana e moçambicana.

Considerações finais

A África vem sendo preterida como parte das prioridades para as mais novas áreas e carteiras de empréstimos do Banco Mundial. Há preocupações também no campo social, que varia de país para país, por meio de políticas de construção de metas da redução da pobreza. Assim a África vem superando o drama histórico das guerras internas e internacionais. Fazendo com que o número de países africanos com conflitos armados nas últimas décadas venha caindo bastante; Sabe-se que esses conflitos sempre foram uma das grandes causas da pobreza no continente, e a redução drástica dos mesmos, faz com que esses recursos, antes voltados para guerra, possam ser agora direcionados para a redução dessas desigualdades sociais, mas no entanto, nessa divisão internacional da força do trabalho, foi forjado uma inserção tendenciosa de caráter subalterno ao continente africano.

Mesmo assim, contagiados pelo otimismo de Milton Santos, e pensando a globalização como ela poderia ser (mais humanizada). Poderíamos tentar assumir que os objetivos do desenvolvimento teriam que ser os mesmos pretendidos pelas comunidades afetadas, mesmo sabendo que seu nível de participação na elaboração dos projetos seja limitado e seu papel pautado na passividade.

Sabemos que os países desenvolvidos dispõem de tecnologia e recursos necessários para permitir que o desenvolvimento seja alcançado por todos, livrando assim a humanidade da pobreza extrema e da miséria. Se observarmos alguns dados analisados ao longo desse trabalho, podemos corroborar com essa hipótese. Entretanto, para que isso se concretize, seria necessário que os países desenvolvidos equilibrassem a distribuição da renda mundial, compartilhando os ganhos no comércio internacional com todos, e cancelando algumas barreiras impostas aos países em desenvolvimentos, e concretamente aos africanos,

permitindo uma cooperação mundial mais democrática e transparente. Só com estas medidas será possível, pelo menos diminuir a situação da pobreza no continente africano, porque sem esse senso comum, nem mesmos um milagre poderia ajudar a África de escapar desse flagelo.

Referências Bibliográficas

ARNOLDI, Paulo Roberto Colombo e MICHELAN, Tais Cristina de Camargo, in novos Enfoques da Função Social da Empresa numa Economia Globalizada. In **Revista de Direito Privado**, nº 11, julho/setembro de 2002, pág. 244/250.

BANCO MUNDIAL. **World Development Indicators** - 2017. World Bank Group. Washington DC, 2018a.

BELLUCCI, B. (org.) **Introdução à História da África e da Cultura Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro: Centro de Estudos Afro-Asiáticos-UCAM/CCBB, 2003. pgs. 9-29.

CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Capitalizando o Capitalismo Doméstico: Porosidade e Acumulação Primitiva de Capital em Moçambique. In: BRITO, L. D.; CASTEL-BRANCO, C. N., et al (Ed.). **Desafios para Moçambique 2015**. Maputo: IESE, 2015. p.123-156.

HARVEY, D. A geografia disso tudo. In: HARVEY, D. **O enigma do Capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 117-150.

HARVEY, D. A produção das configurações espaciais: as mobilidades do capital e trabalho. In: HARVEY, D. **Os limites de capital**. São Paulo: Boitempo, 1980. p. 373-406.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (coleção geografia e adjacências).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 5ª edição, 1992 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006a (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2005 (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

MONIÉ, Frédéric (2012): Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África subsaariana In: MONIÉ, Frédéric, BINSZTOK, Jacob (org.) (2012): **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: Mauad X, p.201-236. ISBN: 978-85-7478-462-5

NAYYAR, Deepak. **Mundialización y estrategias del desarrollo**. Unctad. Seminário de alto nível sobre comércio y Desarrollo: orientaciones para el siglo XXI, Bangkok, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

SELEMANE, Tomás. **Alguns Desafios na Indústria Extrativa em Moçambique**. Centro de Integridade Pública. Maputo, 2009.

SELEMANE, Tomás. **Questões à volta da mineração em Moçambique - Relatório de Monitoria das Atividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussudenga**. Centro de Integridade Pública. Maputo, 2010.

SELEMANE, Tomás. Tete e Cateme: entre a implosão do El Dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados. **Observador Rural**, v. 45, p. 1-29, 2016.

VASCONCELOS, L.; MUCHANGOS, A; SIQUELA, E. Elementos-traço em cinzas de carvões aflorantes de Moçambique. **Geochimica Brasiliensis**, v. 23, n. 3, p. 344-361, 2009.